



PODER

Maioridade penal trava PEC da Segurança

Depois de o PL apresentar emenda que reduz a idade mínima para uma pessoa responder por crime, líder do PT no Senado, Camilo Santana, faz o mesmo e provoca racha na base governista. Ante o impasse, Alcolumbre suspende votação do texto

» LUÍZA ALTOÉ

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), adiou a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, após impasses entre oposição, governo e ala do PT sobre a redução da maioridade penal. Ao comentar a decisão, o parlamentar ressaltou: “Cada um quer uma coisa, e, no final, a gente desagrada todo mundo. Eu fiz agora o que queria fazer”.

O adiamento ocorreu porque o tema da maioridade penal entrou na discussão da PEC. O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), apresentou uma emenda sugerindo a redução da maioridade penal de 18 para 16 em casos gerais, e para 14 anos em crimes hediondos: tortura, tráfico de drogas, terrorismo e associação criminosa.

Com receio de a emenda ser aprovada, o líder do PT no Senado, Camilo Santana (PT-CE), tentou conter danos e apresentou uma emenda que também reduziria a maioridade penal de 18 para 16 anos em casos de crimes hediondos. Ou seja, estaria mantida a maioridade de 18 anos para os demais crimes. Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também admitiu ser favorável à redução (leia reportagem na página 3).

A iniciativa, no entanto, não encontrou consenso dentro do PT. Senadores mais antigos do partido resistem à ideia, tendo em vista que a legenda é historicamente contra a redução da maioridade penal. Eles defendiam que a discussão deveria ocorrer depois e separada da PEC da Segurança, para garantir que a proposta fosse aprovada antes do segundo turno das eleições.

A PEC é prioritária para a campanha à reeleição de Lula, que pretende usar a aprovação como uma resposta do governo na área da segurança e do combate ao crime organizado. Nas **pesquisas**, o tema aparece como uma das principais preocupações do eleitorado.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Alcolumbre durante a sessão de ontem: “Cada um quer uma coisa, e, no final, a gente desagrada todo mundo. Eu fiz agora o que queria fazer”

Preocupações

Pesquisa Datafolha divulgada ontem mostra que a violência e a segurança pública são os principais problemas do país. O tema foi citado por 20% dos eleitores entrevistados, liderando as citações. Em seguida, aparecem saúde (18%); economia (15%); corrupção (7%); educação (6%); desemprego (4%); fome e miséria (3%) e impostos (3%). Foram ouvidas 2.520 pessoas de 16 anos ou mais, em 13 e 14 de outubro. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

O ex-ministro Rui Costa, coordenador da campanha de Lula, endossou a demanda de parlamentares do PT e defendeu a retirada de emendas que incluem a redução da maioridade penal no texto da PEC. “O governo avalia discutir em outro momento a punição a esses jovens (menores de 18 anos). Esse não é o momento, porque paralisaria a PEC da Segurança”, argumentou.

Isso porque, caso a PEC seja aprovada com a inclusão de uma emenda — como a que prevê a redução da maioridade penal —, voltará a ser analisado pela Câmara, onde já foi aprovada. Esse cenário pode inviabilizar o aval à matéria antes do segundo turno, o que não é desejado pela campanha de Lula.

No mesmo sentido, a líder do governo no Senado, Teresa Leitaô (PT-PE), afirmou que o Planalto tem

consciência de que o debate sobre a redução da maioridade penal precisa acontecer. No entanto, defendeu que o tema não seja discutido de “afogadilho”. “Nós vamos trabalhar esse tema de maneira responsável, não com afogadilho. O presidente Lula sabe que precisa trabalhar esse tema”, frisou.

Entre outros pontos, o texto institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), integrando as ações da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios contra o crime organizado. Além de endurecer as regras contra facções e milícias, a medida autoriza a criação de polícias municipais e amplia as atribuições da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Segundo o senador Jaques Wagner (PT-BA), há possibilidade de a PEC da Segurança ser votada na próxima semana, caso haja acordo para

o tema da maioridade penal ser tratado em uma PEC paralela, assim como ocorreu na Câmara.

De acordo com o parlamentar, a oposição não teria concordado com essa ideia e, por isso, a votação não ocorreu. Ele avaliou como “ótimo” o adiamento e disse que o tema é sensível e que a melhor opção é que seja tratado em outra matéria, de forma separada, e com calma.

Líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) disse haver a expectativa de retomar o debate na terça-feira, “para que o presidente Lula possa criar o Ministério da Segurança Pública”.

Rogério Marinho avaliou que o adiamento da PEC busca preservar o capital político do governo. “Isso mostra que o governo não está interessado em resolver a segurança pública”, acusou.

Saiba mais

O que diz o texto

Entre as mudanças previstas na proposta estão a criação de polícias municipais e do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que tem como objetivo ampliar a integração entre União, estados e municípios no combate às facções criminosas, como Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC).

A PEC tirou a centralidade da União na coordenação de políticas nacionais de segurança, foco da proposta anterior. Em vez de caber à União “manter” a segurança pública e a defesa social, o texto prevê que ela vai “prover os meios necessários à manutenção”, sinalizando financiamento por parte do governo federal, e não execução.

Também amplia as atribuições da Polícia Federal e autoriza a Polícia Rodoviária Federal a atuar também em ferrovias e hidrovias federais.

A PEC incorpora o espírito do Projeto de Lei Antifacção, ao criar uma nova categoria penal de “organização criminosa de alta periculosidade”, incluindo facções e milícias, que teriam um regime penal mais rigoroso.

Há a previsão, por exemplo, de sanções mais graves e regime legal especial para lideranças dessas organizações criminosas. Crimes cometidos com “violência ou grave ameaça” também receberiam tratamento mais duro.

O texto também dificulta a progressão de regime e de realização de acordos de não persecução penal para essas pessoas, e veda a concessão de saída temporária, conhecida como “sai-dinha”.

Ala do PT se irrita com proposta de líder

» ARMANDO HOLANDA

A apresentação de uma emenda pelo senador Camilo Santana (PT-CE) para reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos em casos de crimes hediondos provocou irritação em uma ala do PT e expôs divergências na base governista às vésperas da votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública. A iniciativa, que recebeu a assinatura de outros 27 parlamentares, contraria a estratégia defendida pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de evitar alterações no texto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

Ao **Correio**, caciques petistas demonstraram incômodo com a movimento de Santana. Nos bastidores, a avaliação é de que o melhor caminho seria manter a proposta conforme aprovada pela CCJ, sem incluir temas que possam comprometer seu avanço.

A resistência à iniciativa ganhou respaldo público ontem, quando Rui Costa, ex-ministro da Casa Civil, afirmou, no QG da campanha de Lula, que o governo não pretendia incluir a redução da maioridade

penal na PEC da Segurança. Ele defendeu que o assunto seja tratado em outro momento.

“Sobre os menores de 18 anos: aqueles crimes que são mais violentos, hediondos, o governo avalia colocar isso em outro momento. Nós entendemos que este não é o momento, porque atrasaria ou paralisaria a PEC da Segurança. E o povo tem urgência de ver as coisas acontecerem na segurança pública”, declarou.

A posição de Rui Costa evidencia o contraste entre a estratégia do Palácio do Planalto e a articulação de Camilo Santana. Na emenda nº 87 à PEC 18/2025, datada de 14 de outubro, o senador propõe alterar o artigo 228 da Constituição para estabelecer a imputabilidade penal a partir dos 16 anos em crimes formalmente classificados como hediondos. Para os demais delitos, a regra geral permanecerá fixada em 18 anos.

Na justificativa, Santana argumenta que a legislação atual tem sido explorada por organizações criminosas para recrutar adolescentes. Ele sustenta que a idade não deveria impedir a responsabilização penal por crimes de maior gravidade. “Não é coerente presumir,

de forma absoluta, que quem pode escolher os governantes do país seja incapaz de compreender a ilicitude de um homicídio qualificado, de um latrocínio ou de um estupro”, frisa no documento.

Casos internacionais

O parlamentar também ressalta que o limite atual de 18 anos tem sido utilizado por facções criminosas, uma vez que a legislação prevê prazo máximo de três anos de internação para adolescentes autores de atos infracionais, mesmo nos casos mais graves. Para justificar a mudança, cita experiências internacionais, como Portugal e França, e defende que a antecipação da imputabilidade penal permitiria uma resposta proporcional à gravidade dos crimes.

Apesar da resistência manifestada por dirigentes da legenda, a proposta de Santana não é isolada dentro do PT. Entre os signatários estão os senadores Jaques Wagner (BA), Rogério Carvalho (SE), Bento Faro (PA) e Fabiano Contarato (ES), todos petistas. A emenda também recebeu apoio de parlamentares de outras siglas, como Omar Aziz (PSD-AM), Renan Calheiros

Waldemir Barreto/Agência Senado



Santana: lei atual é explorada por facções para recrutar adolescentes

(MDB-AL), Eduardo Braga (MDB-AM) e Otto Alencar (PSD-BA). A adesão de integrantes da base governista evidencia que o tema divide aliados do presidente Lula.

Rui Costa, por outro lado, procurou deixar claro que a resistência do governo não representa uma

rejeição definitiva ao debate. “Sobre a questão de crimes cometidos por menores de 18 anos, aqueles que forem crimes muito violentos, assassinatos, crimes hediondos, sim, o governo avalia, em outro momento, apoiar a responsabilização desses jovens”, disse o ex-ministro.



Não é coerente presumir, de forma absoluta, que quem pode escolher os governantes do país seja incapaz de compreender a ilicitude de um homicídio qualificado”

Camilo Santana (PT-CE), senador



Sobre a questão de crimes cometidos por menores de 18 anos, aqueles que forem crimes muito violentos, crimes hediondos, sim, o governo avalia, em outro momento, apoiar a responsabilização desses jovens”

Rui Costa, ex-ministro da Casa Civil